

HABEAS CORPUS Nº 547.227 - RS (2019/0350209-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : TATIANA VIZZOTTO BORSA
ADVOGADO : TATIANA VIZZOTTO BORSA - RS047419
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LUAN DE CARVALHO ALFONSO (PRESO)
PACIENTE : LUCAS DE CARVALHO ALFONSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUAN DE CARVALHO ALFONSO e LUCAS DE CARVALHO ALFONSO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a ordem no HC n.º 70081298945.

Consta dos autos que os Pacientes tiveram suas prisões preventivas decretadas pelo Juízo de primeiro grau, em 05/12/2018, em razão da representação formulada pelo Núcleo de Investigação de Crimes de Lavagem de Dinheiro da 3.ª DRM/São Leopoldo-RS, que tem por objeto o sequestro de bens moveis, imóveis e ativos financeiros, bem como a expedição de mandados de busca e apreensão e a decretação de prisões preventivas e temporárias **envolvendo 48 investigados** (fl. 34).

Posteriormente, os Pacientes foram denunciados, juntamente com outros Acusados, como incurso nas penas do art. 2.º, § 2.º, da Lei n.º 12.850/2013, por se associarem, de forma organizada, para o fim de praticarem o crime de tráfico ilícitos de entorpecentes e outros crimes (fls. 133-134).

Inconformada, a Defesa ainda impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, cuja ordem foi denegada em acórdão assim sumariado (fl. 83):

"HABEAS CORPUS. DELITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. Decreto prisional bem fundamentado, estando justificada a necessidade da segregação do paciente, pois presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal. No caso concreto, a prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública, na medida em que o paciente supostamente integra a organização criminosa denominada 'Os Manos', grupo estruturado, com base hierárquica e estável, que domina o tráfico de drogas no Vale dos Sinos, contando com grande penetração

no sistema penitenciário, onde estão indivíduos responsáveis pela coordenação e contabilidade das atividades. Necessidade da prisão cautelar para estancar e mitigar a atuação do grupo criminoso. Condições pessoais alegadamente favoráveis não impedem o decreto de prisão preventiva quando as circunstâncias do fato assim determinarem.

INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Em pesquisa realizada na página "Consultas Integradas", constam diversas ocorrências em nome de Lucas, inclusive de dois homicídios dolosos, roubo à residência e posse de entorpecentes na condição de adolescente infrator.

Ausente, pois, igualdade de condições pessoais, inviável a aplicação do preceito legal referido.

PRINCÍPIO DA CONFIANÇA. Em matéria de prisão preventiva, deve ser observado o princípio da confiança no juiz do processo de origem, que está presente no local onde o crime é supostamente cometido e conhece as peculiaridades e nuances do caso concreto, sendo, portanto, o melhor a avaliar a necessidade da segregação cautelar

ORDEM DENEGADA."

No presente *habeas corpus*, a Defesa sustenta, em síntese, a) ausência dos requisitos autorizadores das segregações cautelares; b) excesso de prazo na formação da culpa, pois os Pacientes encontram-se presos desde 17/12/2018; e c) extensão do benefício de liberdade provisória aos Pacientes, em razão da aplicação da isonomia processual, inserida no art. 580 do Código de Processo Penal, uma vez que tal benefício foi concedido a Acusado pelo mesmo conjunto de crimes.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação das prisões preventivas, expedindo-se os competentes alvarás de soltura em favor dos Pacientes.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

De início, **analisando o processo em questão, verifico que não há julgamento do Tribunal de origem no tocante a LUCAS DE CARVALHO ALFONSO, uma vez que o acórdão vergastado trazido aos autos diz respeito tão somente ao paciente LUAN DE CARVALHO ALFONSO**, consoante a certidão de julgamento à fl. 55.

Passo à análise do pedido no tocante ao Paciente **LUAN DE CARVALHO ALFONSO**.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e

singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

Quanto à manutenção da prisão preventiva do Paciente, o Tribunal de origem, ao denegar a ordem de *habeas corpus*, expôs as seguintes razões (fl. 68; sem grifos no original):

"Vindo os autos para julgamento neste Colegiado em face da superveniência de denúncia pelo delito de organização criminosa, ratifico o entendimento do então Relator, Desembargador Rinez da Trindade, no sentido de manter a prisão preventiva do paciente.

O decreto prisional, fundado na extensa e detalhada investigação policial, aponta que o paciente, filho do indigitado líder da organização criminosa, é membro atuante da facção, sendo responsável pela distribuição de drogas e, assim, justificando a necessidade da segregação cautelar, pois presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do CPP.

De outro tanto, o fato de o delito atribuído ao acusado não se tratar de crime cometido mediante violência não infirma a necessidade de sua segregação preventiva.

Evidenciado, em tese, o envolvimento do paciente na organização criminosa "Os Manos", a prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública, na medida em que supostamente integra grupo estruturado, com base hierárquica e estável, que domina o tráfico de drogas no Vale dos Sinos, contando com grande penetração no sistema penitenciário, onde encontram-se elementos responsáveis pela coordenação e contabilidade das atividades. Imperioso, portanto, estancar e mitigar a atuação do grupo criminoso¹."

Como se percebe, os fundamentos da prisão cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, tendo em vista **a gravidade concreta da conduta e o risco de reiteração delitiva, revelada pelo *modus operandi* em que os delitos, em tese, foram praticados** – *"[e]videnciado, em tese, o envolvimento do paciente na organização criminosa 'Os Manos', a prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública, na medida em que supostamente integra grupo estruturado, com base hierárquica e estável, que domina o tráfico de drogas no Vale dos Sinos, contando com grande penetração no sistema penitenciário, onde encontram-se*

elementos responsáveis pela coordenação e contabilidade das atividades" – (fl. 68), circunstâncias que denotam a sua potencial periculosidade, a justificar a segregação cautelar como garantia da ordem pública.

Perfeitamente aplicável, no caso, o entendimento de que "[n]ão há ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa para assegurar a ordem pública" (STF, RHC 144.284 AgR, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe 27/08/2018).

Outrossim, o Tribunal de origem, ao negar a extensão da liberdade provisória ao Paciente, deixou consignado que **os motivos que ensejaram a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares são de caráter pessoal** (fl. 69). Diante dessa situação, concluiu que não se verifica hipótese de aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal, porquanto ausente similitude fática e identidade das condições pessoais do Paciente com as do Corréu – fundamento que não se mostra, *prima facie*, desprovido de razoabilidade.

O acórdão impugnado, em juízo de cognição sumária, parece estar alinhado com a compreensão do tema por esta Corte, na percepção de que "[n]ão havendo identidade de situações fático-processuais entre os corréus, não cabe, nos termos do art. 580 do CPP, deferir pedido de extensão de benefício obtido por um deles, qual seja, a revogação da prisão preventiva" (PExt no RHC 94.553/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 1.º/02/2019.)

Por fim, o julgado não tratou do excesso de prazo na formação da culpa, sendo vedada sua apreciação por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de violação ao princípio da dialeticidade e de supressão de instância.

Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar de LUAN DE CARVALHO

Superior Tribunal de Justiça

ALFONSO e NÃO CONHEÇO do *habeas corpus* de LUCAS DE CARVALHO ALFONSO.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora